

uma situação difícil em uma região importante, que é a cidade de Iporanga.

Eu já falei desse assunto aqui outras vezes, Iporanga é onde nós temos o Petar, um parque importantíssimo tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista do turismo e da geração de emprego e renda ali naquela região.

E lá, naquela região de Iporanga, para além do Petar, nós temos várias comunidades quilombolas e, em especial, duas que estão a três horas a pé na mata, uma é a Bombas de Baixo e a outra é a Bombas de Cima.

Nessa comunidade de Bombas, a gente tem uma escola, uma escola muito precária. Na Bombas de Cima é a mesma coisa. Eu tive a oportunidade, em janeiro, deputado Luiz Claudio Marcolino, de ir até a comunidade quilombola de Bombas, porque a gente fez uma luta junto a Elektro e aos moradores de lá para levar as placas solares, eles não tinham placas solares e, portanto, eles não tinham iluminação, não tinham geração de energia para carregar celular, para poder ter uma geladeira ou algum outro equipamento que necessite de energia.

A Elektro disponibilizou as placas e elas precisaram ser transportadas de helicóptero, para o senhor perceber a situação. E eu recebi um vídeo de um professor. Eu queria pedir para a gente ver rapidinho e depois eu comento a situação lá da escola.

- É exibido o vídeo.

Bom, essa é a situação dos professores que precisam dar aula em Bombas, tanto Bombas de Baixo quanto Bombas de Cima. São três horas a pé. O professor, normalmente, que vai para essa escola não tem um auxílio que poderia ajudar no salário dele, o que eles chamam de ALE. Seria importante que o governo, em especial a Secretaria de Educação, pudesse reconhecer a dificuldade de acesso.

Eu fui, são três horas a pé. Não tem estrada. Há uma discussão que a gente faz com a fundação para que ela possa autorizar, melhorar o caminho. Eu recebi vídeos, no ano passado, de crianças que precisaram ser retiradas à noite no lombo de uma mula, ou mesmo carregadas no colo pelos pais.

Imagine você sair às dez, onze da noite, no escuro, sem iluminação, apenas com uma lanterna, e percorrer três horas a pé. De tanto fazerem esse percurso, eles conseguem reduzir o caminho, eles diminuem o tempo. Para a gente, que não está acostumado, o tempo é muito longo, de duas horas e meia a três horas.

É uma região muito bonita. Para além do Petar, que é a área de visitação, a área de turismo, a gente tem essa outra área, que é uma área de preservação, uma área importante onde tem a comunidade quilombola.

Lá, a gente inclusive tem discutido a possibilidade de criação de lambaris, de uso de sementes da mata para poder produzir sucos e assim por diante. Acho que o estado tinha que ter um olhar mais aprimorado, mais cuidadoso com essa região.

O governador anterior lançou um programa chamado “Vale do Futuro”. O problema é que não chegou o futuro, não chegaram as melhorias. Lá, como eu já disse aqui, tem dois grandes desafios: a questão da mobilidade e da conectividade. A gente tem dialogado com a Vivo, com a Tim, com a Claro, para tentar levar torres.

Você não consegue divulgar a beleza se você vai lá. Eu levei o antigo cônsul da Itália, Filippo La Rosa, para uma visita e ele disse: “Se a gente quiser mandar para os amigos uma foto daqui, eu não consigo, porque não tem sinal”. E muita gente nem conhece essa região tão bonita do nosso estado.

Então, deixo aqui um convite a todos. Fiz um convite agora para a cônsul da Alemanha. Se ela topa, vou propor que outros deputados e deputadas também possam acompanhar. Quem sabe o senhor não nos acompanha nessa visita, agora em julho, para Iporanga.

Sr. Presidente, termino aqui e faço uma solicitação, que o senhor possa encaminhar esse vídeo ao secretário de Educação, ao governador e ao prefeito de Iporanga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Obrigado pelo convite, Sr. Deputado. E sem dúvida será feito o encaminhamento conforme solicitado.

O próximo deputado inscrito é o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, volto a esta tribuna para fazer um convite.

No dia de amanhã, às dez horas da manhã, aqui no Auditório Paulo Kobayashi, estaremos fazendo o lançamento de uma frente parlamentar para ampliar o acesso à ciência, à tecnologia e à inovação como oportunidade de gerar emprego e de inclusão no estado de São Paulo.

A gente tem visto o avançar da tecnologia no estado de São Paulo, seja na agricultura, na indústria, e a gente percebe que nem sempre o investimento em tecnologia leva em consideração o mundo do trabalho. Nem sempre a questão da tecnologia leva em consideração a população do nosso estado.

Vimos agora, durante a pandemia, quando tivemos que garantir parte da educação dos nossos filhos, dos nossos netos, a partir da tecnologia. Vimos que há milhares de pessoas que não têm acesso a um computador, que não têm acesso à rede de internet.

Como o nobre deputado Paulo Fiorilo acabou de falar, tem muitas pessoas no estado de São Paulo que não têm sequer acesso, hoje, ao instrumento de comunicação que é o celular.

Então, a nossa intenção com essa frente parlamentar amanhã sendo estruturada, nós queremos incluir remuneração legislativa estadual, do Poder Executivo, trabalhadores, empresários, instituições de pesquisa e de ensino para que a gente possa fazer um bom debate e sair com legislações, criar a condição da gente poder ter no estado de São Paulo ambientes tecnológicos acessíveis.

Ambientes tecnológicos onde você possa trazer pessoas das periferias, o pessoal de diversas regiões do estado de São Paulo e agregar com esses trabalhadores, com os pesquisadores, com os cientistas, educadores. Que a gente possa construir e ter um (Inaudível.) de políticas públicas voltadas para a inovação e inclusão no estado de São Paulo.

A gente percebe que quando a gente pensa em regular, por exemplo, a inteligência artificial, quando a gente pensa em ter uma ética na tomada de decisões dos processos automatizados, pensa no impacto da transformação digital nas empresas... E quando se pensa na tecnologia brasileira, a gente percebe que muitas das máquinas e equipamentos inclusive do Brasil são de indústrias e de empresas estrangeiras.

Por que parte desse parque industrial não passa a ser desenvolvido pelo Brasil a partir de um processo de industrialização voltada para esse segmento? Nós sabemos que temos que ter uma preocupação com a segurança cibernética. Temos que ter uma preocupação com a proteção de dados de pessoas e dos ambientes digitais.

Então a nossa frente parlamentar vai dialogar um pouco com todas essas ações, mas mais importante do que esses temas é pensar com nas universidades que nós temos no estado de São Paulo, tanto as públicas como privadas, possa ser feito um mapeamento de estudos sobre o setor tecnológico no estado.

A frente vai propor organizar áreas de inovação envolvendo empresas e ecossistemas de inovação: universidades, parques tecnológicos, incubadoras, aceleradores, startups e organizar o público tanto na capital quanto no interior do estado de São Paulo.

Então isso é um pouco das propostas que nós estamos desenvolvendo. Sabemos que quando se pensa em tecnologia, nós estamos falando de áreas importantes do estado de São

Paulo como Indústria, Comércio, Serviço, Agronegócio, mas também Habitação, Mobilidade, Educação, Saúde e Empregabilidade.

Então, Sr. Presidente, essa é a nossa proposta da criação da frente para o dia de amanhã, às dez horas. Então estamos aqui fazendo um convite à população do estado de São Paulo.

É uma frente que vai discutir principalmente a tecnologia, mas queremos discutir a inclusão da população na tecnologia implantada no estado de São Paulo. E precisamos criar inovação. Não pode ser a tecnologia voltada para uma pequena parcela da população do nosso estado.

Queria deixar aqui então o convite, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Queria solicitar o levantamento da presente sessão, havendo aqui o acordo entre os líderes.

O SR. PRESIDENTE - OSEIS DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, Sr. Deputado. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 58 minutos.

1º DE JUNHO DE 2023 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: PAULO FIORILO, DIRCEU DALBEN, REIS e DONATO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - PAULO FIORILO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DIRCEU DALBEN
Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Reis.
4 - PAULO FIORILO
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - REIS
Assume a Presidência.
7 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - TOMÉ ABDUCH
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - DONATO
Assume a Presidência.
11 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - REIS
Para comunicação, fáz pronunciamento.
14 - EDUARDO SUPLYCY
Para comunicação, faz pronunciamento.
15 - CONTE LOPES
Para comunicação, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
16 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - EDUARDO SUPLYCY
Para comunicação, faz pronunciamento.
18 - CONTE LOPES
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - CONTE LOPES
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
20 - PRESIDENTE DONATO
Defere o pedido. Rebate o pronunciamento do deputado Conte Lopes. Endossa o discurso do deputado Eduardo Suplicy. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 02/06/, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Paulo Fiorilo.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - PAULO FIORILO - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente. Damos início agora ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)

Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Reis.

Tem o deputado Reis o tempo regimental do Pequeno Expediente.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar o deputado líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, deputado Paulo Fiorilo; cumprimentar todos os funcionários dessa Casa, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, os integrantes da Polícia Penal e os integrantes da Polícia Civil, também cumprimentar os funcionários e aqueles e aquelas que nos acompanham em suas residências pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, hoje é o Dia da Imprensa, e quero lembrar dos principais trabalhadores que fazem a imprensa, que são os jornalistas. Então, saudar todos os jornalistas e todas as jornalistas.

É oportuno homenagearmos os jornalistas da Casa, também aqui, presidente, os jornalistas que trabalham aqui na Rede Alesp, aqueles que cuidam das redes sociais, muito competentes.

Eu fico observando a participação através das redes sociais e eu vejo o trabalho dos jornalistas, dos profissionais de comunicação daqui da Alesp, bastante competentes. Então, meus parabéns também a todos eles e a todas elas.

- Assume a Presidência o Sr. Dirceu Dalben.

E a maior homenagem vai para a jornalista Delis Ortiz, que foi covadamente agredida quando fazia cobertura da visita de Nicolás Maduro no Brasil, um absurdo. Nós passamos aí brigando contra o governo anterior porque ele agredia jornalistas.

Agora vem a comitiva do Sr. Maduro agredir jornalistas aqui no Brasil. Nós não podemos aceitar. Então, também eu quero deixar aqui o nosso repúdio, o nosso repúdio a essa injusta, covarde agressão que a jornalista Delis Ortiz foi vítima.

Os jornalistas foram agredidos por segurança do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, e por agentes a serviço do gabinete de segurança institucional. Isso aí precisa ser apurado.

Nós vamos mandar ofício para a Presidência da República requerendo a apuração dessas agressões em pleno Itamaraty. Agredir qualquer pessoa é um ato lamentável, agredir jornalista é pior ainda e agredir uma mulher é algo que não podemos admitir de forma alguma.

Embora as autoridades brasileiras já tenham se desculpado, eu quero repudiar essas atitudes lamentáveis, condenar qualquer ato de violência e condenar mais ainda qualquer ato, qualquer movimentação de segurança, de agentes de segurança, de qualquer pessoa que vise a cercear a atividade jornalística.

Obviamente que os jornalistas acompanham as autoridades, muitas vezes, para colher informações, para reproduzir essas informações, para fazer com que essas informações cheguem à população. Então, é de suma importância que se respeitem os jornalistas.

Não dá para admitir, qualquer que seja o governo, qualquer que seja a autoridade, de qualquer lugar do mundo, que se agrida jornalista, jornalista mulher pior ainda. Não se pode agredir ninguém e não se pode agredir as mulheres, não se pode agredir a jornalista, que estava ali, no exercício de sua função.

Eu tinha que falar isso aqui. Eu tenho vários assuntos para falar. O tempo é muito curto, mas essa questão, ontem eu não tive como vir aqui falar por conta do secretário de Assuntos Penitenciários, que estava aqui, na Comissão de Segurança Pública, não pude participar do Pequeno Expediente, mas eu fiz questão de vir hoje aqui falar, repudiar essa atuação do segurança, seja lá do GSI, seja segurança do Sr. Maduro. Repudiar, não aceitar de forma alguma que se cometa agressão contra jornalista.

A minha solidariedade à jornalista Delis Ortiz, que foi vítima dessa injusta agressão. Parabéns a todos os jornalistas, parabéns por esse Dia da Imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Seguindo a lista de oradores inscritos, convido para usar a tribuna a deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo.

Enquanto o deputado se dirige à tribuna, quero também parabenizar a imprensa e fazer minhas as palavras do deputado Reis com relação ao ocorrido com a jornalista Delis Ortiz.

Com a palavra o orador.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp, quero também ser solidário à jornalista Delis Ortiz, assim como foi o deputado Reis, como foi o senhor, neste momento, até porque nós não podemos permitir nenhum tipo de agressão a jornalistas, em nenhum momento, em nenhum lugar.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, para retomar um debate importante. Aliás, o deputado Eduardo Suplicy já o fez esta semana, lendo uma carta para a ministra Cármen Lúcia sobre a questão de uma ADI, ação de inconstitucionalidade, promovida pelo PT com relação à lei estadual que possibilitou a venda das terras devolutas do estado de São Paulo.

Então eu vou pedir para passar primeiro o vídeo, depois a gente entra no debate, necessariamente.

- É exibido o vídeo.

Sr. Presidente, essa é uma matéria veiculada pelo SBT. Eu queria, já para a gente entrar no Power Point... O governo Tarcísio e Rodrigo aprovaram o projeto de lei, depois transformado na Lei nº 17.557.

Essa lei revogou a lei estadual de 1985, feita pelo Franco Montoro, que eu tenho certeza de que o deputado Suplicy conheceu de perto. E imagine o que está acontecendo com o Franco Montoro hoje.

Porque o governo do PSDB acabou com várias políticas que foram implementadas naquela época. Franco Montoro nem era do PSDB, mas depois foi para o PSDB. Que permitiu, ao longo de décadas, a implantação de 140 assentamentos estaduais, distribuídos em 40 municípios, em uma área de 153 mil 539 hectares, onde residem e trabalham mais de 7 mil famílias.

Ao invés das terras devolutas serem destinadas para os agricultores familiares produzirem alimentos, elas serão entregues aos próprios fazendeiros possuidores das terras griladas. Aqui é o pulo do gato. Porque a gente está acompanhando esse debate de ocupar área. Agora a gente tem os fazendeiros que invadiram áreas de terras devolutas.

Próximo. Dez áreas, já em processo de alienação, em valores muito inferiores àqueles avaliados pelo Instituto de Economia Agrícola, o IEA. Quem compra lá, são os fazendeiros. Como eu disse, lá os preços são 90% abaixo do que foi estimado.

Além do preço estar errado, os preços de mercado são cinco vezes maiores, se você comprar e pagar à vista, ainda mais 10 por cento. É uma antirreforma agrária, com o Estado quase doando terras públicas para os latifundiários.

Vamos passar o último slide. Aqui está a lista das fazendas e os municípios que já tiveram as suas terras compradas pelos fazendeiros. O Estado deveria arrecadar mais de 64 milhões. Arrecadou 14,1. Considerando que as terras podem estar subvalorizadas cinco vezes, esse valor seria muito maior.

O pior é que a gente viu no vídeo o representante do Estado, do Itesp, dizer que é preciso que se acelere a venda. Não há nenhum argumento para isso. Ao contrário. A gente espera, inclusive com a iniciativa do deputado Suplicy, que toda a bancada assinou, que a ministra Carmen Lúcia retome o julgamento, para que a gente impeça que essa barbaridade, esse escândalo, continue acontecendo.

E o argumento de que “ah, o Estado precisa de recurso” é inadmissível. No final de abril, o caixa do governo era de 54 bilhões. Portanto, abrir mão de uma política importante, para facilitar a entrega dessas terras, para os grandes fazendeiros, é um crime.

Termino, Sr. Presidente, dizendo, que, para além de ser um crime, é um escândalo. E é preciso que se apurem as relações de quem está comprando com o estado, até porque isso já ficou patente em matérias publicadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Muito bem. Dando sequência à lista de oradores inscritos, deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Tenente Coimbra. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.)

Dando sequência à Lista Suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Convido o deputado Paulo Fiorilo, se ele pode assumir a Presidência. Deputado Donato, o senhor poderia assumir a Presidência para que este deputado possa participar de uma reunião?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, na próxima segunda-feira, realizarei aqui na Assembleia a criação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

Por que é importante esse debate das regiões metropolitanas do estado de São Paulo? Nós acabamos de receber a LDO, nobre deputado Suplicy, e nas diretrizes para a LDO, o governo não inclui as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos

como uma referência do desenvolvimento do Estado. O governo continua aplicando ou tendo como referência apenas as regiões administrativas do Estado.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

Aqui no estado de São Paulo, já foram criadas, estruturadas algumas regiões metropolitanas, como a Região Metropolitana de São Paulo, do Vale do Paraíba, do Litoral Norte, de Ribeirão Preto, de Campinas, da Baixada Santista, de Piracicaba, de Sorocaba, de Jundiá e de São José do Rio Preto. Representa, mais ou menos, Donato, em torno de 40 milhões de pessoas que estão englobadas nas regiões metropolitanas do estado de São Paulo.

Qual o problema? Você cria uma lei aqui, aprovando uma região metropolitana, mas fica só o desenho no mapa. Você não pensa um projeto de integração e desenvolvimento do Estado, tendo as regiões metropolitanas como uma referência.

E quando a gente pensa em Transporte, Segurança, Mobilidade, resíduos sólidos, Meio Ambiente, citando aqui apenas algumas das ações que podem ser desenvolvidas no estado de São Paulo...

Nessas ações, muitas vezes, a solução tem que ser feita de forma compartilhada, de fato a partir das cidades das regiões metropolitanas. E elas são diferentes - cada região metropolitana que eu acabei de falar -, tem diferenças entre elas.

Mas tem regiões metropolitanas onde até agora não foi montado ainda o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Como é que você pensa o desenvolvimento do estado... Tem na Constituição o desenvolvimento metropolitano, a estruturação desse fundo, e até agora esse fundo não foi regulamentado.

Tem muitas regiões metropolitanas em que até agora a gente não vê efetivamente o funcionamento, mesmo, dessas regiões. Não se estruturou um parlamento regional; as prefeituras das cidades ainda não têm um mecanismo ou espaço de diálogo entre os municípios. Não tem, pensadas ainda, as ações integradas.

Então, essa frente, que nós estamos propondo para segunda-feira agora e vai ser às 11 horas, aqui na Assembleia Legislativa, no auditório Franco Montoro, é para fazer um pouco essa reflexão.

Não dá para você simplesmente pensar um modelo de desenvolvimento de região metropolitana sem criar condição de fato para que aquelas regiões sejam desenvolvidas.

Vou dar só um exemplo. Não dá para levar isso em consideração, mas vamos pensar em quando se montou a Comunidade Europeia. Você tinha países que eram altamente desenvolvidos, países médios desenvolvidos e países que ainda estavam se estruturando.

Eu me lembro de Portugal e mesmo da Irlanda do Norte: quando se estruturou a Comunidade Europeia, você tinha um projeto de desenvolvimento de todos os países da Comunidade Europeia numa perspectiva de você criar um mecanismo de desenvolver a totalidade dos países.

Aqui, nas regiões metropolitanas criadas, você tem cidades-polo como Santos, tem a própria Campinas, tem a cidade de São José dos Campos, tem Sorocaba. Tem regiões metropolitanas no entorno, tem cidades-polo, mas a ideia de uma região metropolitana é, a partir da cidade-polo, fazer o desenvolvimento regional, não retirar recursos, inclusive daqueles pequenos municípios que já têm pouco recurso.

Então nós faremos um diálogo com os diversos prefeitos do estado de São Paulo que querem ver a sua cidade se desenvolver, querem ver a sua cidade crescer, querem ver o Governo do Estado pensar em uma política industrial levando em consideração essas regiões metropolitanas, querem ver a melhoria da Saúde do nosso Estado a partir das regiões metropolitanas que foram criadas.

Então, como iniciou, reestruturou algumas e elas não funcionam efetivamente, a nossa ideia é fazer essa discussão na segunda-feira. Então estamos convidando prefeitos, vereadores e a população que nos acompanha em diversas regiões do estado de São Paulo para participar dessa frente parlamentar a partir da segunda-feira.

Vou aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que ontem tivemos uma audiência pública com os alunos de medicina, enfermagem e fisioterapia da Santa Casa. Eles entraram com um pedido de afastamento do curador da Fundação, que hoje é o Tônico Ramos, que já foi inclusive presidente desta Casa.

Nós discutimos, no dia de ontem, nessa audiência pública, como tem uma proposta inclusive de fechar o curso de fisioterapia, reduzir o curso de medicina, acabar com o curso de fisioterapia.

Nós já temos hoje poucos profissionais da área da Saúde no estado de São Paulo, e a fundação hoje que atua ali em relação às Santas Casas, na Santa Cecília... Você sabe que a Santa Casa tem um papel muito importante para a formação da área de medicina.

Então discutimos inclusive tentar começar a coletar, a partir de hoje, assinaturas para fazer uma CPI para que efetivamente o recurso colocado lá possa ser aplicado corretamente, seja a partir de bolsas de estudo para trabalhadores de baixa renda, mas principalmente para garantir que esses cursos da área de fato possam funcionar no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores do Pequeno Expediente, o próximo orador é o deputado Eduardo Suplicy. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente Paulo Reis, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem houve um acontecimento muito especial aqui na Assembleia Legislativa, pois, por iniciativa do deputado Caio França, por mim inteiramente apoiada, foi lançada a Frente Parlamentar da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial.

Caio França é o coordenador dessa frente parlamentar, e eu fui convidado e aceitei ser o vice-coordenador. Quero dizer que no ano passado eu conheci a Cidinha e o Fábio Carvalho, pais de uma moça, a Clárian. Eu fui até a casa deles e pude conhecer o cultivo de Cannabís, ou maconha, que eles desenvolvem com autorização judicial para sua filha e para os associados da Cultive, Associação de Cannabís e Saúde.

Clárian tem uma doença rara chamada de síndrome de Dravet, que se manifesta através da epilepsia severa com risco de morte súbita. Antes de ser a Cannabís ressurgir como remédio, muitas crianças com a síndrome de Dravet não chegaram à adolescência. O uso da Cannabís mudou a vida de Clárian e de muitas outras crianças. A Cannabís fez o que nenhum outro medicamento fez em sua vida e a fez se conectar com a vida.

Cidinha se tornou ativista pelo acesso com igualdade à Cannabís terapêutica no Brasil, na perspectiva feminista e antiprobicionista. Foi a primeira mãe de São Paulo a conseguir o salvo-conduto para cultivar a maconha em sua própria casa, e extrair o óleo para sua filha, sendo a primeira colheita do Brasil com a anuência da Justiça.

Eu pude ver como é que a Clárian, agora uma moça de mais de 20 anos, como ela se dá tão bem com os seus pais, com amigos - eu me tornei amigo da Clárian -, e a forma como tem sido desenvolvida. E parabéns pelo amor que o Fábio e a Cidinha devotam à sua querida filha.

Eu tenho participado de diversos congressos brasileiros sobre Cannabís medicinal. Tomar conhecimento sobre os benefícios que ela pode trazer para a vida de milhares de pessoas, principalmente aquelas que sofrem com epilepsia refratária, Alzheimer, Parkinson, Síndrome de Dravet, autismo, esclerose múltipla, dores crônicas, transtornos de ansiedade, entre outras enfermidades.

No entanto, o acesso ao óleo ainda é restrito para as pessoas socialmente mais vulneráveis, por conta do alto custo. É preciso garantir políticas públicas para que todos que precisem